

UNIFEV – CENTRO UNIVESITÁRIO DE VOTUPORANGA
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIANA DE ALMEIDA RODRIGUES

**EFICIÊNCIA FINANCEIRA E IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA “S”: UMA
ANÁLISE DA GESTÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

VOTUPORANGA

2025

MARIANA DE ALMEIDA RODRIGUES

**EFICIÊNCIA FINANCEIRA E IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA “S”: UMA
ANÁLISE DA GESTÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Artigo apresentado à Unifev – Centro Universitário de Votuporanga – para a obtenção do grau de bacharelado, sob a orientação do Prof. Esp. Lucas Caldeira Guiraldelli.

VOTUPORANGA

2025

RODRIGUES, MARIANA DE ALMEIDA.

Eficiência Financeira e Impacto Social do Sistema “S”: uma análise da gestão e alocação de recursos. / MARIANA DE ALMEIDA RODRIGUES. - Votuporanga. Ed. do Autor, 2025.
30 p., 30cm. :il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Bacharelado) - UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga, Curso de Ciências Contábeis, 2025.

Orientador: Prof. Esp. Lucas Caldeira Guiraldelli.

1.Sistema S. 2. Eficiência financeira. 3. Impacto social. 4. Gestão de recursos. 5. Políticas públicas. I. Título.

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às vinte horas e quinze minutos, realizou-se no local: UNIFEV CIDADE UNIVERSITARIA BLOCO 2 SALA 5, do Centro Universitário de Votuporanga - Unifev, nas formas e termos regulamentais desta Instituição, a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado EFICIÊNCIA FINANCEIRA E IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA "S": UMA ANÁLISE DA GESTÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS de autoria de MARIANA DE ALMEIDA RODRIGUES. A sessão de defesa do trabalho deu-se sob o julgo da Banca Examinadora composta pelos docentes: LUCAS CALDEIRA GUIRALDELLI, Prof. RODRIGO BERTOLOZZI E Prof. YOSCHIMI OKA, e presidida por Prof. YOSCHIMI OKA. Iniciado os trabalhos, a presidência deu conhecimento aos membros da banca e ao(s) candidato(s) sobre as normas que regem a defesa do TCC e definiu-se a ordem a ser seguida pelos examinadores para a arguição. A seguir, houve a defesa do trabalho e, encerrada a apresentação, procedeu-se ao julgamento reservado, tendo sido o trabalho APROVADO . O parecer da banca examinadora, anunciado publicamente, ficou registrado conforme segue: APROVADO SEM RESSALVAS! Nada mais tendo a tratar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos membros da banca e autores do trabalho. Votuporanga, 11 de novembro de 2025.

Assinaturas (4 pessoas)

Usuário	Função	Instituição	Lido em	Assinado em	IP
Mariana de Almeida Rodrigues	Aluno	UNIFEV	21/11/2025 21:18:02	21/11/2025 21:21:50	192.168.121.26
Lucas Caldeira Guiraldelli	Banca	UNIFEV	22/11/2025 17:18:49	22/11/2025 17:18:58	192.168.121.26
Rodrigo Bertolozzi	Banca	UNIFEV	24/11/2025 15:42:33	01/12/2025 20:56:06	192.168.121.26
Yoschimi Oka	President	UNIFEV	19/11/2025 23:42:44	19/11/2025 23:42:57	192.168.121.26

*Banca realizada presencialmente e assinaturas coletadas via aceite eletrônico.



Dedico este trabalho aos meus pais. Por cada palavra de incentivo, cada gesto de carinho e por tornarem meu caminho mais leve e possível de ser trilhado. Ao meu namorado, pelo apoio e por acreditar em mim mesmo nas fases mais difíceis. Obrigada por ser meu porto seguro nesta caminhada. E a Deus, por me guiar, fortalecer e iluminar cada passo dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Lucas Caldeira Guiraldelli, por toda a dedicação, paciência e disponibilidade ao longo desta jornada. Sua orientação foi essencial para a construção e desenvolvimento deste trabalho, oferecendo não apenas o suporte técnico necessário, mas também incentivo e palavras de motivação nos momentos de dúvida. Sou grata por cada sugestão, cada correção e cada ensinamento que contribuíram para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

“Diante da ambiguidade, recuse a tentação de adivinhar”.

(Tim Peters)

EFICIÊNCIA FINANCEIRA E IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA “S”: UMA ANÁLISE DA GESTÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Mariana de Almeida rodrigues¹

Resumo:

O Sistema S é composto por entidades privadas sem fins lucrativos que atuam no desenvolvimento profissional, social e econômico do Brasil, sendo financiadas por contribuições parafiscais. Este estudo teve como objetivo analisar a eficiência financeira e o impacto social dessas instituições, considerando sua relevância para a formação de mão de obra, estímulo ao empreendedorismo e fortalecimento da cidadania. A pesquisa, de abordagem mista, utilizou questionário com perguntas fechadas e abertas, e contou com a participação de 28 respondentes. Os dados revelam uma percepção majoritariamente positiva quanto à qualidade e acessibilidade dos serviços oferecidos, embora também indiquem a necessidade de maior transparência e divulgação das ações realizadas. Conclui-se que o Sistema S cumpre seu papel institucional, mas ainda pode avançar em práticas de gestão e comunicação com a sociedade.

Palavras-chave: Sistema S; eficiência financeira; impacto social; gestão de recursos; políticas públicas.

Abstract

The Sistema S is composed of private non-profit entities that contribute to Brazil's professional, social, and economic development, being financed through parafiscal contributions. This study aimed to analyze the financial efficiency and social impact of these institutions, considering their relevance for workforce training, entrepreneurship promotion, and citizenship strengthening. The research, with a mixed-methods approach, used a questionnaire with both closed and open questions and included 28 respondents. The data reveal a predominantly positive perception regarding the quality and accessibility of the services provided, although they also indicate the need for greater transparency and dissemination of the actions carried out. It is concluded that Sistema S fulfills its institutional role but can still improve its management practices and communication with society.

Keywords: S System; financial efficiency; social impact; professional training; transparency.

¹ Centro Universitário de Votuporanga (Unifev). Votuporanga, São Paulo, Brasil. Bacharelado em Ciências Contábeis. Email: tozattimariana@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Sistema S desempenha um papel relevante no desenvolvimento profissional e econômico do país, oferecendo serviços que impactam diretamente a capacitação da mão de obra, o fomento ao empreendedorismo e a melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias brasileiras. Atualmente, o Sistema S é composto por instituições como Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae, Senar, Sest Senat e SESCOOP, cada uma com uma missão específica voltada ao desenvolvimento social e econômico.

No entanto, considerando o histórico de má gestão das receitas públicas no Brasil, surgem questionamentos sobre a eficiência na gestão e na alocação dos recursos dessas entidades. Além disso, há preocupações quanto à transparência na utilização das receitas e na prestação de contas à sociedade.

Diante desse contexto, torna-se necessário investigar como os recursos do Sistema S estão sendo utilizados e avaliar a eficácia das ações promovidas. Também é importante examinar se essas iniciativas geram impactos significativos e mensuráveis para a comunidade. Por se tratarem de organizações financiadas por contribuições compulsórias, é fundamental analisar a gestão financeira e a eficiência dessas instituições, com atenção especial à alocação do orçamento e aos resultados gerados, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade.

O autor Mazza (2023) define essas entidades como “pessoas jurídicas de direito privado, criadas mediante autorização legislativa e que compõem o denominado Sistema S”. Embora sejam instituições sem fins lucrativos que recebem contribuições parafiscais, atuam em parceria com o Poder Público, mas sua administração, contratação e gestão são realizadas de forma particular.

Nesse contexto, torna-se necessário analisar a gestão financeira e a alocação de recursos no Sistema S, com o objetivo de verificar a eficiência no uso do orçamento e mensurar os impactos gerados para a comunidade em termos de desenvolvimento social e econômico. A pesquisa busca examinar os critérios e práticas adotados pelas instituições que compõem o Sistema S, identificando indicadores de eficiência e impacto social relacionados às atividades desenvolvidas por essas entidades.

Além disso, pretende-se comparar o desempenho financeiro e operacional entre as diferentes instituições do Sistema S, destacando boas práticas de gestão que possam servir de referência. A avaliação da transparência na prestação de contas e na elaboração dos relatórios financeiros também é um aspecto central deste estudo, visando verificar o nível de clareza e acesso às informações por parte da sociedade.

Outro objetivo importante é compreender o nível de conhecimento da população sobre essas instituições, investigando como elas são sustentadas financeiramente e se os indivíduos já se beneficiaram de suas ações.

De forma geral, este estudo busca compreender a gestão dos recursos no Sistema S, avaliando a eficiência na aplicação em projetos e atividades, com foco no planejamento financeiro, controle orçamentário, distribuição de recursos e impacto gerado. A transparência e a prestação de contas são tratadas como elementos fundamentais para a construção da confiança pública e a manutenção da legitimidade dessas entidades. Ao investigar esses aspectos, espera-se identificar boas práticas de gestão e contribuir para o aprimoramento das políticas de alocação de recursos, maximizando os benefícios sociais e econômicos e fortalecendo o papel do Sistema S na sociedade.

1 A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMO MEIO DE BUSCA DA EFICIENCIA NO USO DE RECURSOS PELO SISTEMA “S”

Diante da sua trajetória histórica e da sua função social, o Sistema S se consolidou como um importante agente de desenvolvimento profissional, educacional e social no Brasil. Seu papel vai além da capacitação técnica, promovendo a inclusão, o acesso ao conhecimento e a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros. Ao longo dos anos, o orçamento público também passou por mudanças, tornando-se um instrumento de planejamento que busca viabilizar políticas públicas mais eficientes e eficazes. (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020). A seguir, será abordado de forma mais detalhada como essas instituições atuam na prática e os resultados que geram para a sociedade.

1.1 Origem e Função do Sistema S

Conforme discorre o autor Cerqueira (2014), as entidades do Sistema S foram criadas na década de 1940, para atender à preocupação dos empresários no período pós-Segunda Guerra Mundial, por ser um período marcado por intensas mudanças econômicas e sociais no Brasil, os empregadores desejavam que seus funcionários fossem produtivos e qualificados para o trabalho.

Dito isso, o Sistema S é composto por entidades de direito privado criadas por lei, visando promover atividades sociais e a formação profissional. Em meio à crescente industrialização e urbanização, tornou-se evidente a necessidade de oferecer suporte

qualificado aos trabalhadores e aos empresários. Foi nesse contexto que se formaram as primeiras entidades do Sistema S, visando à educação, capacitação e bem-estar dos trabalhadores e de suas famílias.

Como destaca a autora Milhomem (2014), as entidades de Serviços Sociais Autônomos (SSA) não possuem fins lucrativos e se organizam para garantir que cada setor econômico tenha sua representação. Atualmente, o Sistema S é composto por oito entidades:

1. **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI):** Criado em 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.048/1942, é dirigido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Atua principalmente qualificando os trabalhadores para a área industrial e estimulando a competitividade da indústria com educação, inovação e tecnologia (SENAI, 2025).
2. **Serviço Social da Indústria (SESI):** Entidade criada em 1946, tem como finalidade promover o desenvolvimento cultural e o bem-estar dos trabalhadores industriais e de suas famílias, atuando juntamente com o Senai.
3. **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC):** Vinculado à Confederação Nacional do Comércio (CNC), foi a segunda entidade criada em 1946 e atua na capacitação de trabalhadores do setor comercial. Além disso promove educação especializado para o setor de serviços e turismo (SENAC, 2025).
4. **Serviço Social do Comércio (SESC):** Atua de forma semelhante ao SESI, mas voltado ao bem-estar e desenvolvimento dos trabalhadores do comércio e seus familiares. Também criada no ano de 1946.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, novas entidades foram adicionadas ao Sistema S:

5. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE):** Diferentemente das demais entidades, não é vinculado a confederações sindicais patronais, foi criado no ano de 1972. Para atender à sua demanda, foi estabelecida a cobrança de 0,3% sobre as contribuições autorizadas. O SEBRAE trabalha promovendo a competitividade e o desenvolvimento sustentável de micro pequenas empresas (SEBRAE, 2021).
6. **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR):** Vinculado à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), foi criado pela Lei nº 8.315/1991 e segue o modelo das outras entidades, promovendo capacitação no setor rural, foi criado no ano de 1991. Porém diferente das outras entidades citadas, o SENAR tem seu foco na

atividade rural do país. Promove cursos utilizando matéria prima das propriedades rurais, e profissionaliza os produtores rurais para aumentar sua renda (SENAR, 2025).

7. **Serviço Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT):** Vinculados à Confederação Nacional dos Transportes (CNT), foram criados em 1993. O SEST SENAT, cuida dos profissionais do transporte, e oferece a eles saúde, bem-estar e desenvolvimento profissional (SEST SENAT, 2025)
8. **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP):** Vinculado à Organização das Cooperativas Brasileiras, procura atender às necessidades das cooperativas e seus membros. Última entidade criada, surgiu no ano de 1999.

Como destaca o autor Lima (2023), as entidades atuam com uma importante missão no Brasil, por exemplo, o Senai, perante seus cursos profissionalizantes, ajudou em pesquisas, aprimoramento de produtos e cadeias de produção na indústria. Ou seja, estas entidades prestam para a sociedade, serviços de relevância social e promovem qualificação para a população.

O SEBRAE, por exemplo, oferece suporte a empreendedores e aspirantes ao empreendedorismo por meio de conteúdos de qualidade. Entre suas iniciativas, estão cursos para quem deseja ingressar em um novo ramo e abrir seu próprio negócio, além de capacitações para empresários que buscam aprimorar a gestão de suas empresas. Além disso, promove palestras sobre temas essenciais, como finanças, inovação, marketing, clima organizacional e empoderamento feminino. O SEBRAE também organiza eventos, como a Feira do Empreendedor, e disponibiliza consultorias especializadas para atender diversas necessidades do mercado.

Em conjunto a isso, os autores Niquito et al. (2018) destacam algumas ações realizadas pelas entidades do Sistema S em nossa sociedade que promovem a capacitação da mão de obra e o treinamento em diferentes áreas de atuação, por exemplo, cursos em diferentes áreas, oportunidade de especialização para agregar valor ao profissional, palestras sobre economia, atualidades, entre outros. Além disso, há iniciativas voltadas à inclusão produtiva, que visam proporcionar oportunidades para pessoas em situação de vulnerabilidade social, permitindo-lhes melhorar sua qualidade de vida.

Importante dizer, que a maioria das entidades possuem cursos de Graduação, Bacharelado, MBA e Pós-Graduação muitos dos benefícios oferecidos, são estendidos a sociedade de modo geral, garantindo bem-estar aos brasileiros e demonstrando a atuação incisiva e presente na sociedade. Não só isso, mas também, muitos dos cursos estão

disponíveis na modalidade EAD, permitindo que pessoas do Brasil inteiro tenham acesso a uma formação de qualidade.

1.2 Fontes e Receitas.

Todas as empresas, com exceção das optantes pelo Simples Nacional, têm a obrigação de contribuir para o Sistema S. As alíquotas e as entidades beneficiadas são determinadas com base no código de FPAS (Fundo de Previdência e Assistência Social). E também segundo o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), como diz o autor Cerqueira (2014), que explica que a principal fonte de receita dessas entidades é proveniente de tributos recolhidos dessas empresas classificadas.

Essa contribuição é realizada por meio da aplicação de uma alíquota sobre a folha de pagamento dos empregados e é recolhida por meio da GPS (Guia da Previdência Social), juntamente com os demais encargos previdenciários da folha de pagamento. Esses tributos têm como finalidade a manutenção da instituição

Segundo Lima (2023), as entidades do Sistema S estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), ao qual disponibilizam documentos financeiros, contábeis, orçamentários, operacionais e patrimoniais. Assim, essas entidades devem observar os princípios previstos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O autor também aborda as regras específicas às quais essas entidades estão submetidas, sendo seu regime conhecido como Regime Jurídico Paraestatal, cujas características incluem:

a) **Autonomia administrativa e financeira:** as entidades do Sistema S têm independência para administrar seus recursos e tomar decisões internas, sem sofrer influência direta do Estado;

b) **Oferecimento de serviços públicos não exclusivos:** essas entidades realizam atividades que, embora não sejam exclusivas do Estado, são essenciais para o progresso econômico e social do país;

c) **Supervisão pelo Tribunal de Contas da União:** as operações realizadas pelas entidades do Sistema S são monitoradas pelo TCU, que avalia sua conformidade legal, legitimidade e eficiência econômica;

d) **Engajamento de entidades de classe:** as entidades do Sistema S contam com a participação ativa de representantes de categorias profissionais, que colaboram na gestão e no planejamento de suas políticas;

e) **Isenção tributária:** essas entidades são isentas de pagar impostos, taxas e contribuições sociais, com exceção das contribuições relacionadas à folha de pagamento das empresas.

1.3 Lei da Transparência

A autora Zanella (2012), explica que, como o dinheiro público é gerido por essas entidades, é fundamental que haja uma prestação de contas transparente aos cidadãos, tornando obrigatória a publicação oficial dos documentos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é fundamental para garantir a transparência na gestão pública e o equilíbrio das contas do governo. Ela estabelece normas rigorosas sobre a arrecadação e o gasto de recursos, visando evitar o endividamento excessivo e promover a responsabilidade na administração dos recursos públicos. Para o cidadão, a LRF é importante porque permite acompanhar como o dinheiro arrecadado com impostos é utilizado, facilitando o controle social sobre as finanças públicas. A lei obriga o governo a divulgar de forma clara os dados financeiros, o que aumenta a participação popular na fiscalização e ajuda a evitar desperdícios e fraudes. Além disso, a LRF destaca a importância de a divulgação dessas informações ser feita por meios eletrônicos de acesso público, ressaltando que esses são instrumentos essenciais para a transparência. Com isso, o cidadão pode cobrar ações mais eficientes e fiscalizar a alocação de recursos, fortalecendo a democracia e a boa governança.

Dito isso, a partir de 2013, as entidades do Sistema S passaram a ser obrigadas a divulgar, em suas páginas na internet, a estrutura remuneratória de seus cargos e funções, bem como os nomes de seus dirigentes e membros do corpo técnico. Essa exigência foi incorporada à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2013 (Lei 12.708), sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff. A LDO também determinou que essas informações sejam mantidas atualizadas online, reforçando a transparência pública.

Essas medidas refletem um maior detalhamento das exigências para as entidades que recebem contribuições dos empregadores, com o objetivo de aumentar a transparência na aplicação dos recursos públicos.

A título de exemplo, ao entrar no site do SEBRAE, é ir à página do Portal de Transparência e Prestação de Contas, nesta página, ao escolher o estado brasileiro desejado, é

possível ter acesso a diversos documentos como Atos Normativos, Demonstrações Contábeis, Prestação de Contas e muitos outros. Importante ressaltar que estes documentos estão disponíveis em todos os sites das entidades do Sistema S.

Em resumo, a Lei da Transparência garante que os cidadãos possam acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados. Diante do histórico de má gestão no Brasil, que ainda persiste, fiscalizar o uso do dinheiro público não é apenas um direito, mas também um ato de cidadania, essencial para a construção de uma gestão mais responsável e eficiente.

2 METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender como o Sistema S impacta a vida dos brasileiros, especialmente no que diz respeito à satisfação, ao desenvolvimento profissional e aos benefícios sociais e econômicos percebidos, foi realizada uma pesquisa com abordagem mista, ou seja, qualitativa e quantitativa. Essa combinação permitiu analisar tanto dados objetivos quanto percepções individuais, oferecendo uma visão mais ampla e completa do fenômeno.

Segundo Perovano (2020), utilizar diferentes métodos de investigação enriquece a análise, pois possibilita captar dimensões diversas da realidade estudada, tornando os resultados mais confiáveis. Além disso, de acordo com as instruções dos autores Raupp e Beuren (2006, p. 76-97), “a pesquisa pode ser classificada como exploratória, por buscar compreender um fenômeno ainda pouco investigado, e descritiva, por levantar informações que contribuem para reflexões e futuras ações.”

Além de avaliar o nível de conhecimento da população sobre as instituições que compõem o Sistema S, o estudo também procurou compreender a percepção quanto à qualidade, relevância e acessibilidade dos serviços prestados, oferecendo subsídios para identificar de possíveis melhorias e estratégias de ampliação do alcance dessas iniciativas.

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário eletrônico elaborado na plataforma Microsoft Forms, disponibilizado ao público geral e compartilhado por meio das redes sociais, de forma a incentivar a participação voluntária. O formulário permaneceu aberto por 73 dias, com o intuito de obter o maior número possível de contribuições. O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas que já haviam utilizado algum serviço oferecido por entidades do Sistema S. Ao final do período de coleta, foram obtidas 28 respostas.

Os dados quantitativos coletados na pesquisa foram organizados em planilhas eletrônicas (Microsoft Excel), o que possibilitou a elaboração de gráficos que facilitaram a visualização e interpretação dos resultados. Já os dados qualitativos, obtidos por meio de perguntas abertas, foram analisados com base nas opiniões, expressões de satisfação ou insatisfação expressas pelos participantes, buscando evidenciar características individuais e não generalizáveis (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 76–97).

A escolha por esse modelo metodológico justifica-se pela complexidade do tema, que exige a consideração tanto de indicadores objetivos quanto de percepções subjetivas. A integração entre essas dimensões possibilitou uma abordagem mais completa e coerente com os princípios científicos de clareza, objetividade e consistência metodológica (PEROVANO, 2020).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, será apresentada a pesquisa realizada, com base na análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos participantes. Os resultados estão organizados em tópicos que contemplam tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos, permitindo uma compreensão ampla sobre a percepção dos usuários em relação aos serviços oferecidos pelo Sistema S. Posteriormente, os dados serão discutidos em comparação dos objetivos propostos e das referências teóricas utilizadas no desenvolvimento deste estudo.

3.1 Resultados

A pesquisa contou com a participação de 28 pessoas, todas afirmando já ter utilizado algum serviço oferecido pelas entidades que compõem o Sistema S, como cursos, palestras, consultorias, programas educacionais, entre outros, como pode se ver na Figura 1. Esse dado evidencia o alcance efetivo das instituições do Sistema S junto ao público e a boa execução de suas atividades. Além disso, as ações desenvolvidas por essas entidades contribuem significativamente para o crescimento econômico, por meio da qualificação da mão de obra e da geração de oportunidades no mercado de trabalho. Embora exista um custo para a manutenção dessas instituições, é importante considerar os resultados positivos gerados para a sociedade, como a elevação da empregabilidade e a oportunidade de empreendedorismo para pessoas em situação de vulnerabilidade social (Niquito et al. 2018).

Figura 1 – Pergunta 2

2. Você já utilizou de algum curso/palestra/consultoria/programas/escola/faculdade/etc oferecidos pelo Sistema S (SENAI, Sesi, SESC, SENAC, SEBRAE, SEST SENAT, SESCOOP)?



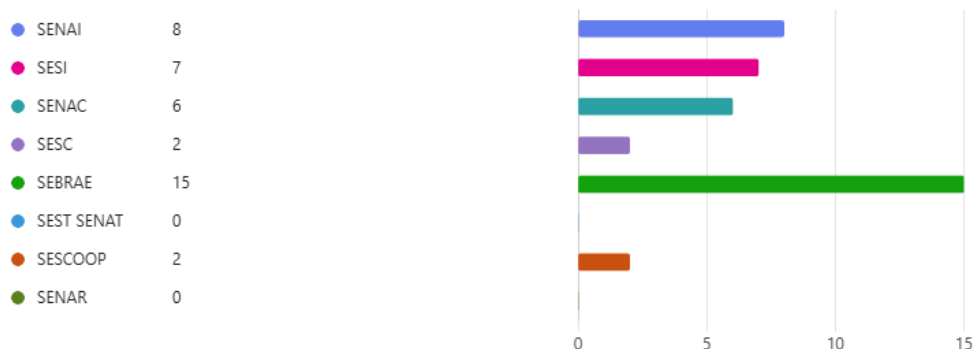
Fonte: Dados de Pesquisa Própria (2025)

Em relação às entidades utilizadas, o SEBRAE foi o mais citado, com 15 registros. Em seguida, destacam-se o SENAI (8), Sesi (7) e SENAC (6). Outras entidades mencionadas foram o SESC e o SESCOOP, com 2 registros cada. É importante destacar que, entre as respostas obtidas, nenhum participante mencionou ter utilizado serviços do SEST SENAT ou do SENAR. Essa ausência pode ser explicada pelo fato de essas entidades atenderem públicos bastante específicos: o SEST SENAT é voltado para trabalhadores do setor de transporte, enquanto o SENAR é direcionado ao público do agronegócio. Como o público alcançado pela pesquisa foi mais amplo e generalista, concentrado em áreas urbanas e com perfis diversos, é natural que essas instituições não tenham sido citadas, como demonstra a Figura 2.

Figura 2 – Pergunta 3

3. Se sim, qual entidade do Sistema S ofereceu o serviço que você utilizou?

[Mais](#)



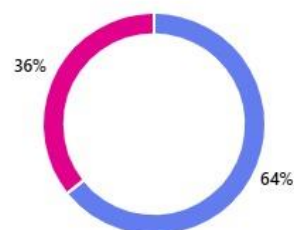
Fonte: Dados de Pesquisa Própria (2025)

Quanto à qualidade dos serviços prestados, a percepção foi extremamente positiva: 64% dos respondentes avaliaram os serviços como “ótimos” e 36% como “bons”, sem registro de avaliações negativas, conforme ilustrado na Figura 3. De acordo com Niquito et al. (2018), o Sistema S, além de desempenhar um papel fundamental na capacitação de empreendedores e trabalhadores, também se consolida como um importante instrumento de políticas públicas, o que contribui para a elevada qualidade dos serviços oferecidos à população e a alta taxa de satisfação.

Figura 3 – Pergunta 5

5. Como você avalia a qualidade do serviço que utilizou?

● ÓTIMA	18
● BOA	10
● RUIM	0
● PÉSSIMA	0



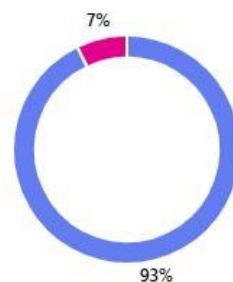
Fonte: Dados de Pesquisa Própria (2025)

Ao serem questionados se voltariam a utilizar os serviços oferecidos pelas entidades do Sistema S, 93% dos participantes responderam de forma positiva, demonstrando um elevado índice de fidelização por parte dos usuários, como ilustrado na Figura 4. Esse resultado indica que a maioria dos respondentes reconhece valor nas experiências anteriores e se mostra disposta a recorrer novamente a essas instituições em futuras oportunidades. Além disso, quando perguntados se recomendariam os serviços do Sistema S para outras pessoas, 100% dos participantes afirmaram que sim, conforme apresentado na Figura 5. Esse dado reforça não apenas a satisfação com os serviços recebidos, mas também o grau de confiança e credibilidade que as entidades do Sistema S possuem junto ao público. A combinação desses dois indicadores — intenção de retorno e recomendação — reflete a percepção positiva sobre a qualidade, relevância e impacto social dos serviços prestados.

Figura 4 – Pergunta 8

8. Voltaria a utilizar dos serviços destas entidades?

● SIM	26
● NÃO	2

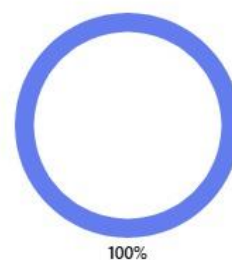


Fonte: Dados de Pesquisa Própria (2025)

Figura 5 – Pergunta 9

9. Indicaria para alguém?

● SIM	28
● NÃO	0

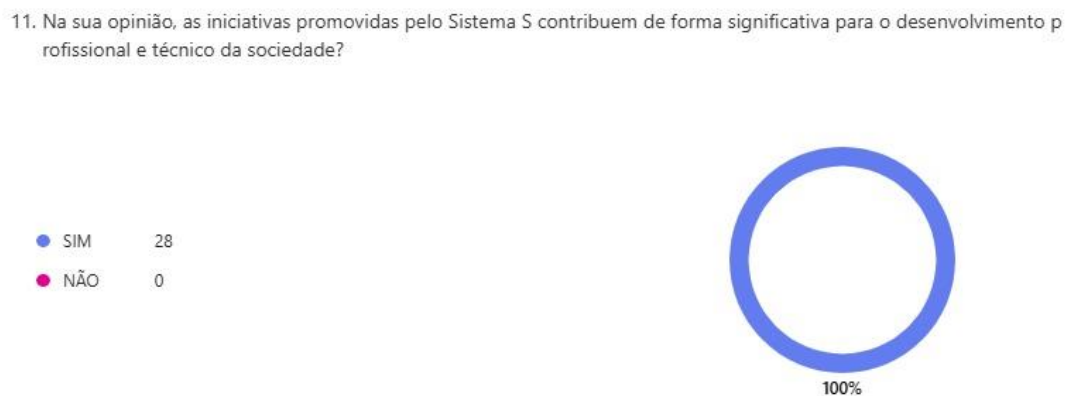


Fonte: Dados de Pesquisa Própria (2025)

Outro dado relevante observado na pesquisa é que 100% dos participantes concordaram que as iniciativas promovidas pelo Sistema S contribuem de forma significativa para o desenvolvimento profissional e técnico da sociedade, como demonstrado na Figura 6. Esse resultado evidencia o impacto social e educacional positivo gerado pelas ações dessas instituições, que atuam como importantes agentes de formação, capacitação e inclusão no mercado de trabalho. A unanimidade nas respostas reforça a percepção de que o Sistema S

desempenha um papel fundamental na promoção da qualificação profissional e na geração de oportunidades para diferentes públicos, colaborando diretamente para o fortalecimento da economia e para o desenvolvimento social do país.

Figura 6 – Pergunta 11



Fonte: Dados de Pesquisa Própria (2025)

Esses resultados quantitativos apontam para uma percepção amplamente favorável quanto à atuação do Sistema S, tanto em termos de qualidade quanto de relevância e recomendação.

3.2 Discussão

Em relação às perguntas abertas, iniciando pela Questão 4 – "Qual foi o tema/assunto abordado?", as respostas dos participantes demonstraram uma grande diversidade de áreas de atuação.

O tema mais recorrente foi Empreendedorismo e Negócios, com destaque para cursos e eventos relacionados a microempresas, startups, administração e organização financeira. Também foram citados temas voltados para educação formal, como experiências de ensino no ensino fundamental e médio, especialmente no SESI e SENAI.

O fato de o empreendedorismo ser o tema mais recorrente entre os participantes da pesquisa reflete o importante papel desempenhado pelo Sistema S na incubação, desenvolvimento e sustentação de negócios em todo o país. Essa ênfase evidencia que as ações promovidas pelas entidades têm impacto direto na formação de novos empreendedores

e no fortalecimento daqueles que já estão em atividade. Vale destacar que toda grande empresa teve sua origem em uma ideia empreendedora, e a manutenção e o crescimento de qualquer negócio dependem, da constante qualificação e atualização de seus gestores e empreendedores. Assim como diz Fabrete:

Os empreendedores agregam valor ao negócio, fazem diferença, percebem necessidades e desejos do consumidor, exploram o máximo possível das oportunidades que encontram, são inovadores, superam as adversidades e se posicionam a frente do concorrente. Nunca se dão por derrotados e sempre procuram aprender com seus erros, procurando fazer melhor do que na última vez. (Fabrete, 2019 pag. 13).

Além disso, os participantes mencionaram cursos técnicos e capacitações específicas, como Excel, NR10, culinária, espanhol, robótica e atendimento ao público. Outras áreas de destaque incluem saúde, com temas como comunicação em saúde e atualização profissional, e temas profissionais específicos, como LGPD, legislação trabalhista e reforma tributária.

Essa diversidade de temas evidencia o caráter multidisciplinar do Sistema S, que busca atender a diferentes públicos e necessidades, contribuindo para a formação integral de seus usuários. A variedade dos temas evidencia a versatilidade das iniciativas do Sistema S e sua capacidade de atender diferentes perfis e necessidades da população.

Na Questão 6 – “O curso/palestra/consultoria/programas/escola/faculdade/etc ajudou no seu crescimento profissional ou pessoal? Se sim, de que forma?” Dos 28 respondentes, 27 afirmaram que as atividades oferecidas pelo Sistema S contribuíram positivamente para o seu crescimento profissional ou pessoal, representando 96,4% de aprovação. Apenas 1 participante respondeu negativamente.

A análise qualitativa revela que a maioria dos participantes reconhece que os cursos e atividades do Sistema S contribuíram diretamente para seu desenvolvimento profissional e pessoal. Entre os relatos mais frequentes, destacam-se o desenvolvimento de habilidades profissionais, como liderança, gestão de carreira, uso de ferramentas técnicas e domínio de conteúdos específicos, como segurança do trabalho e contabilidade. Também foram mencionadas melhorias no desempenho acadêmico, incluindo o aprendizado de novas metodologias de estudo e incentivo à formação interdisciplinar.

Há ainda menções ao impacto prático no mercado de trabalho, com relatos de promoção, aumento da clareza de metas e uso das competências adquiridas no cotidiano profissional e pessoal., bem como ganhos no aspecto pessoal e emocional, como maior confiança e desenvolvimento de habilidades de comunicação.

Esses resultados reforçam o papel do Sistema S como agente de transformação, proporcionando oportunidades de aprendizado, crescimento e capacitação profissional e pessoal.

A pesquisa também buscou identificar se os serviços oferecidos pelas entidades do Sistema S tiveram impacto direto no aumento de renda ou na melhoria de vida dos participantes, através da Questão 7 – “O curso/palestra/consultoria/programas/escola/faculdade/etc ajudou no aumento de renda ou trouxe melhoria de vida para você?”

Dos 28 respondentes, 14 afirmaram ter percebido um impacto positivo, seja por meio da melhoria de vida, aumento de renda, ou ambos. Alguns participantes relataram, por exemplo, que os cursos contribuíram para promoções internas, acesso a novas oportunidades de emprego ou aquisição de competências valorizadas no mercado de trabalho.

Outros 6 participantes (21,4%) indicaram que, apesar de não terem tido um aumento de renda direto, perceberam melhorias em sua qualidade de vida, como maior organização financeira, aumento de autoestima e aquisição de conhecimentos úteis para o cotidiano.

Por fim, 8 participantes (28,6%) afirmaram não ter observado qualquer impacto significativo até o momento, citando que os cursos resultaram apenas em aprendizado, sem efeito prático imediato na renda ou nas condições de vida.

Esses resultados apontam que, embora nem todos os participantes tenham experimentado um retorno financeiro direto, a maioria reconheceu algum tipo de benefício — seja ele econômico, social ou pessoal — oriundo das ações promovidas pelo Sistema S. Essa percepção positiva evidencia que as instituições que compõem o Sistema S estão alinhadas com suas missões institucionais. Um exemplo claro disso é o Sebrae, que atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na formalização da economia, desenvolvendo uma série de iniciativas que incluem parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, facilitação do acesso ao crédito, estímulo à inovação e incentivo ao associativismo. Além disso, o Sebrae tem investido significativamente na educação empreendedora dentro da educação formal, promovendo feiras, rodadas de negócios e programas de orientação voltados a diferentes perfis de público (SEBRAE, 2021).

Esses esforços se refletem nos impactos relatados pelos participantes, confirmando a relevância e a efetividade das ações desenvolvidas.

Na Questão 10 – “Há alguma sugestão de melhoria ou inovação para o serviço ou instituição utilizados?” a maioria dos participantes (64,2%) afirmou não ter nenhuma observação a fazer, demonstrando satisfação com as experiências vivenciadas junto às

instituições do Sistema S. Esse dado reforça os resultados anteriores da pesquisa, que já indicavam a percepção positiva dos usuários em relação à qualidade, relevância e impacto dos serviços recebidos.

Por outro lado, as 35,8% das respostas que trouxeram sugestões de melhoria são igualmente relevantes, pois oferecem insumos valiosos para o aprimoramento contínuo das ações das entidades. Entre as principais recomendações destacadas pelos participantes estão:

- A necessidade de maior divulgação dos serviços oferecidos, especialmente com foco em públicos específicos, como os pais de alunos e a comunidade em geral. Essa sugestão evidencia que, apesar da satisfação geral, ainda existe uma parcela da população que desconhece a totalidade das oportunidades disponíveis, o que pode limitar o alcance social das iniciativas.
- A facilitação no processo de matrícula e maior flexibilidade no acesso aos cursos, incluindo a sugestão de implementação de modalidades online ou híbridas. Essa demanda reflete as mudanças nas dinâmicas de aprendizagem pós-pandemia, nas quais o ensino a distância e os modelos mais flexíveis passaram a ser cada vez mais valorizados.
- A ampliação da carga horária e a diversificação dos conteúdos ofertados, com foco em temas técnicos e atualizações de áreas como escrita fiscal, tributos e reforma tributária, além da sugestão de cursos técnicos voltados para outras áreas, além daquelas ligadas à tecnologia. Esse ponto evidencia a busca dos usuários por formações mais aprofundadas e especializadas, que atendam às novas exigências do mercado de trabalho.

Essas sugestões demonstram que, mesmo diante de uma avaliação majoritariamente positiva, há oportunidades concretas de aprimoramento nas estratégias de comunicação, acessibilidade e diversificação dos conteúdos ofertados pelas instituições do Sistema S. Incorporar essas percepções ao planejamento de futuras ações pode fortalecer ainda mais o impacto social e educacional dessas entidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a eficiência financeira e o impacto social das entidades que compõem o Sistema “S”, considerando sua relevância na formação profissional, no fomento ao empreendedorismo e no desenvolvimento econômico e social do Brasil. A

partir da fundamentação teórica e dos dados coletados por meio da pesquisa de campo, foi possível observar que, apesar das discussões recorrentes sobre a transparência e a gestão de recursos públicos, o Sistema S mantém-se como uma estrutura sólida, bem avaliada e com elevado índice de aprovação por parte de seus usuários.

Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes reconhece os benefícios proporcionados pelas ações dessas entidades, destacando ganhos pessoais e profissionais, acesso à capacitação de qualidade e até mesmo melhoria na renda ou nas condições de vida. Isso reforça a relevância do Sistema S como política pública indireta, financiada por contribuições parafiscais e voltada ao fortalecimento da cidadania e da competitividade no mercado de trabalho.

A análise revelou também a importância da transparência na prestação de contas e da comunicação com a sociedade. Embora muitos reconheçam o valor das instituições, ainda existem oportunidades para maior divulgação dos serviços, ampliação do acesso a cursos e inovação nas metodologias de ensino.

Dessa forma, conclui-se que o Sistema S cumpre, de maneira geral, sua missão institucional e social. Contudo, recomenda-se o fortalecimento dos mecanismos de avaliação de impacto e maior integração com políticas públicas locais, a fim de ampliar seu alcance e aperfeiçoar o uso dos recursos públicos. A adoção de boas práticas de governança, controle social e eficiência orçamentária são caminhos essenciais para que essas entidades se mantenham legítimas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável do país.

Como limitação deste trabalho, destaca-se o número reduzido de participantes na pesquisa empírica. Portanto, estudos futuros com amostragens maiores e recortes regionais poderão contribuir para uma compreensão ainda mais aprofundada sobre a atuação do Sistema S.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Manuela Tourinho. "Obrigatoriedade de contribuição das sociedades empresárias prestadoras de serviço para o Sistema "S"." (2014).

FABRETE, Teresa Cristina Lopes. **Empreendedorismo**. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvital.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2025.

LIMA, Renan Mendonça de. **REGIME JURÍDICO APLICÁVEL NAS ENTIDADES DO SISTEMA S**. 2023. 32 f. Monografia - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás Escola de Direito, Negócios e Comunicação Núcleo de Prática Jurídica, Goiânia, 2023.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.76. ISBN 9786553627055. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627055/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MILHOMEM, Ana Léa de Vasconcelos. "As entidades do sistema "s"(ess) e a obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU)." (2014)

NIQUITO, T. W., ELY, R. A., RIBEIRO, F. G. **Avaliação de impacto das assistências técnicas do sistema s no mercado de trabalho**. Revista Brasileira de Economia, v. 72. nº 2, p. 196-216, 2018.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2025.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

SEBRAE. **Quem Somos** 2021. Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos. Acesso em: 08 mar. 2025

SENAC. **Sobre o SENAC**. 2025. Disponível em: <https://www.senac.br/sobre/>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SENAI. **O SENAI SP**: Conheça o Senai SP. 2025. Disponível em: <https://www.sp.senai.br/o-senai/o-sistema-senai>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SENAR. **Institucional**. 2025. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/senar/institucional-senar>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SEST SENAT. **Sobre nós:** prover saúde, qualidade de vida e educação é o nosso caminho. 2025. Disponível em: <https://www.sestsenat.org.br/sobre-nos/prover-saude-qualidade-de-vida-e-educacao-e-o-nosso-caminho>. Acesso em: 08 mar. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (TCE-SP). *Manual de planejamento público.* São Paulo: TCE-SP, 2021. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-planejamento-publico>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ZANELLA, Tânia Regina. **O SISTEMA S E A LEI DA TRANSPARÊNCIA.** 2012. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso A Distância de Especialização em Direito e Gestão dos Serviços Sociais Autônomos., Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Mariana de Almeida Rodrigues
_____, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, portador da
Cédula de identidade RG nº. 62.798.786-2, inscrito no CPF/MF sob nº
539.635.788-23, residente à Av./Rua
Pedro Cavassan, nº. 230, município de
Valentim Gentil, Estado de SP, **AUTORIZO** a Unifev –
Centro Universitário de Votuporanga, a disponibilizar publicamente o Trabalho de
Conclusão de Curso (TCC) de minha autoria pela Internet, bem como de preservar a obra
integralmente em seu Repositório Institucional.

Por esta ser a expressão da minha vontade, **DECLARO** o uso acima descrito sem que
nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer
outro e assino a presente autorização.

Votuporanga, dia 11 de novembro de 2025.

Mariana de Almeida Rodrigues

(Assinatura)

Nome: Mariana de Almeida Rodrigues
Telefone p/ contato: (14) 997343701

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS

Este documento visa a registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ao manifestar sua aceitação com o presente termo, o TITULAR consente e concorda que a Unifev – Centro Universitário de Votuporanga, doravante denominada CONTROLADORA, tome decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais do TITULAR ou dados necessários ao usufruto de serviços ofertados por esta instituição de ensino, bem como realize o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Dados Pessoais: A Controladora fica autorizada a realizar e a tomar decisões referentes ao tratamento dos seguintes dados pessoais do TITULAR: Nome completo; Nome empresarial; Data de nascimento; Número e imagem da Carteira de Identidade (RG); Número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); Número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Estado civil; Nível de instrução ou escolaridade; Endereço completo; Números de telefone, WhatsApp e endereços de e-mail; Banco, agência e número de contas bancárias; Comunicação, verbal e escrita, mantida entre o Titular e o Controlador; Certidão de Nascimento e/ou de Casamento; Dados referentes ao local de trabalho; Comprovantes de renda; Comprovante de endereço completo; Dados de saúde.

Finalidades do Tratamento dos Dados: O tratamento dos dados pessoais listados neste termo tem as seguintes finalidades: - Possibilitar que a Controladora identifique e entre em contato com os Titulares para fins de esclarecimentos relativos aos editais. - Possibilitar que a Controladora utilize tais dados na elaboração de relatórios; - Possibilitar que a Controladora utilize tais dados em documentos financeiros; - Possibilitar que a Controladora utilize tais dados para a execução de editais e auditorias; - Possibilitar que a Controladora utilize o nome completo dos Titulares nas publicações de resultados de editais, chamadas de lista de espera de editais, relações de alunos aptos a recebimento do auxílio, dentre outras publicações relacionadas à transparência da execução dos editais.

Compartilhamento de Dados: A Controladora fica autorizada a compartilhar os dados pessoais dos Titulares com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018.

Segurança dos Dados: A Controladora responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, a Controladora comunicará aos Titulares e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

Término do Tratamento dos Dados: A Controladora poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste termo. Dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido.

O Titular poderá solicitar via e-mail ou correspondência à Controladora, a qualquer momento, que sejam eliminados os dados pessoais não anonimizados do Titular. O Titular fica ciente de que poderá ser inviável à Controladora continuar o fornecimento de serviços e programas ao Titular a partir da eliminação dos dados pessoais.

Direitos do Titular: O Titular tem direito a obter da Controladora, em relação aos dados por ela tratados, a qualquer momento e mediante requisição: I - confirmação da existência de tratamento; II - acesso aos dados; III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709/2018; V - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709/2018; VI - informação das entidades públicas e privadas com as quais a controladora realizou uso compartilhado de dados; VII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; VIII - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 13.709/2018.

Direito de Revogação do Consentimento: Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência à Controladora.

Votuporanga, 11 de novembro de 2025.

Mariana de Almeida Rodrigues

Assinatura do aluno

Nome do aluno: Mariana de Almeida Rodrigues

CPF: 539.636.788-23

RG: 62.798.786-2

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Mariana de Almeida Rodrigues, RA 107063, aluno(a) do curso de Ciências Contábeis da Unifev – Centro Universitário de Votuporanga, declaro, para todos os fins que se fizerem necessários, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico e referencial conferido ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), isentando a Instituição, o coordenador, o responsável pela disciplina, o orientador e a banca examinadora de todo e qualquer reflexo acerca da pesquisa apresentada.

Estou ciente de que poderei responder administrativa, civil e criminalmente em caso de plágio comprovado.

Votuporanga-SP., 11 de novembro de 2025.

Mariana de Almeida Rodrigues
Nome completo do(a) aluno(a)